

A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA DE 2014¹

Samara Cristina Vieceli Piacenti²
Mirian Beatriz Schneider³

Resumo

Este artigo analisa aspectos da crise econômica brasileira de 2014, assim como seus efeitos no país. Considerou-se como aspectos para o desencadeamento da crise: a dívida pública, a nova matriz econômica (NME), o cenário externo e tentativas de controle da inflação. A análise foi fundamentada em referencial teórico e em dados secundários. Buscou-se fundamentar brevemente a história da dívida pública nos últimos anos, a troca da política do tripé pela NME e os fatores internos e externos que contribuíram para o aumento da inflação, assim como as tentativas de controlá-la ao longo da história da economia brasileira. Em seguida, foram expostos alguns dos principais efeitos da crise, que se arrastaram fortemente até 2016, dando indícios de melhora em 2017. O artigo encerra com as medidas adotadas pelo governo para tentar controlar situação econômica do país a longo prazo, como a PEC do teto de gastos.

Palavras-chave: Economia brasileira. Crise econômica. Dívida Pública. Nova Matriz Econômica. Inflação.

JEL: N16

Abstract

This article analyzes aspects of the Brazilian economic crisis of 2014, as well as its effects in the country. We considered as aspects to trigger the crisis: the public debt, the new economic matrix (NME), the external scenario and attempts to control inflation. The analysis was based on theoretical reference and in secondary data. It was sought to briefly state the history of the public debt in recent years, the exchange of tripartite policy by the NME and the internal and external factors that contributed to the increase in inflation, as well as attempts to control it throughout the history of the economy Brazilian. Then, we exposed some of the main effects of the crisis, which dragged heavily until 2016, showing signs of improvement in 2017. The article closes with the measures taken by the government to try to control the country's long-term economic situation, such as the ceiling PEC of expenses.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Economista formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, Toledo). Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Toledo. E-mail: samara_cv_@hotmail.com

³ Pós-doutora em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo, Doutora em História Econômica pela Universidade de León, Espanha. Professora Associada do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Toledo. E-mail: mirian-braun@hotmail.com

Key words: Brazilian economy. Economic crisis. Public debt. New Economic Matrix. Inflation

1. INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste estudo consiste em analisar aspectos da crise econômica que afetam o Brasil a partir de 2014 e seus maiores impactos na economia. Conforme Barbosa Filho (2017, p. 51), o que determinou a crise foi um conjunto de choques de oferta e demanda ocasionados por erros de política econômica, principalmente no período da Nova Matriz Econômica (NME). O conjunto de políticas da NME fez com que se reduzisse a produtividade da economia nacional, assim como o produto potencial. No entanto, esses choques possuem “efeitos duradouros devido à alocação de longa recuperação em setores pouco produtivos”. Pode-se considerar que os choques da demanda se dividem em 3 grupos: (i) esgotamento da NME; (ii) insustentabilidade da crise doméstica de 2015; e (iii) política monetária contracionista para controlar a inflação.

Com base nestes pressupostos, inicia-se a seção seguinte (1.1) com uma análise cronológica dos choques de demanda do país e articula-se brevemente sobre como a dívida nacional tem sido encarada nos últimos anos. Na segunda seção (1.2), são apresentadas algumas alterações de políticas econômicas mais relevantes dos anos 1990 até 2011, quando mais uma grande alteração política ocorre, a Nova Matriz Econômica. A seção (1.3), elucida como o período da Nova Matriz Econômica se desenvolveu e como aspectos econômicos e políticos agravaram a situação econômica do país. O segundo capítulo identifica alguns dos principais efeitos da crise, assim como as medidas adotadas para sair da mesma. E por fim, a quarta e última seção dedica-se à conclusão do estudo.

1.1 Dívida Pública

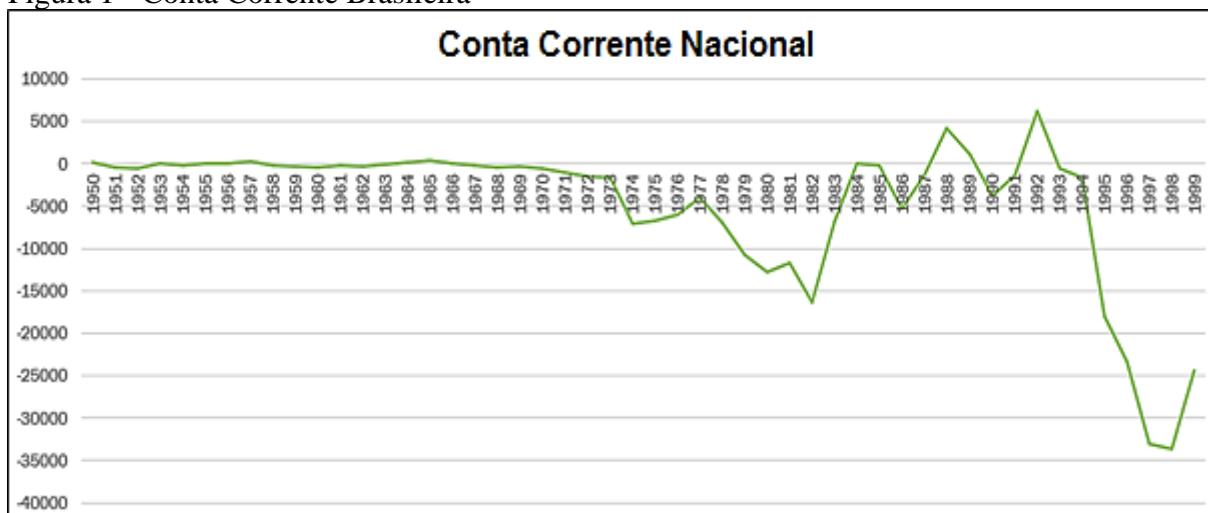
Em 1964, o Brasil vivia uma política de intensificação da industrialização, visando substituir boa parte das importações e melhorar o quadro da balança de pagamentos. O

crescimento econômico do país era o principal objetivo do regime militar. De acordo com Pinto e Gonçalves (2015, p. 5), até o final dos anos 1970, o governo disponibilizou “políticas de expansão do crédito e dos gastos públicos viabilizadas pela estruturação do mercado de capitais, por uma reforma fiscal e pelo controle salarial estrito.”

Apesar de todo o controle da demanda interna no período, por meio do arrocho salarial, incentivava-se as empresas e os grandes agricultores, entre outros, a adquirirem maquinários para industrializar o país. Conforme Baer (2009), no processo de industrialização, o país investiu intensamente em tecnologia e entrou em um grande endividamento externo. Na intenção de reduzir o montante da dívida, a moeda do país mudou duas vezes, passando de cruzeiro⁴ para cruzeiro novo em 1967, perdendo três zeros (valorizando a moeda). Em 1970 voltou a se chamar cruzeiro. Isso levou a outras consequências, como a falta de confiabilidade externa. No período, devido a especulações, mesmo com propostas favoráveis aos investimentos estrangeiros, passaram-se alguns anos para que esses ocorressem de fato.

Nota-se na figura 1, que a partir deste período a conta corrente nacional passou a sofrer grandes perdas, entrando em um longo período de instabilidade econômica.

Figura 1 - Conta Corrente Brasileira



Fonte: Adaptado de Baer, 2009

⁴ O cruzeiro foi criado no governo do presidente Getúlio Vargas, em 5 de outubro de 1942.

A partir de 1973 ocorre a crise do petróleo, que gerou grande repercussão em vários países, inclusive no Brasil⁵. Os impactos desta crise se arrastaram até a década de 1980, que ficou conhecida como “a década perdida”. Diante desta situação, a medida adotada pelo governo foi a colocação da dívida no mercado de títulos com vencimentos menores que o costume e com taxas pós fixadas. A medida foi ineficiente, então o governo instruiu o Plano Cruzado, que consistia no congelamento dos preços, o fim da correção monetária e redução das taxas de juros reais (FONTENELE, 2013).

Para Pretto Neto (2003), o Plano Cruzado estava correto em congelar o câmbio, preços e salários sem aviso prévio, assim como na substituição da moeda antiga para o então cruzeiro. Todavia, o plano não teve o efeito esperado, além de não preocupar-se com a dívida pública. Além deste plano, o Plano Bresser e o Plano Verão, instituídos nos anos seguintes, também não obtiveram sucesso em controlar a inflação.

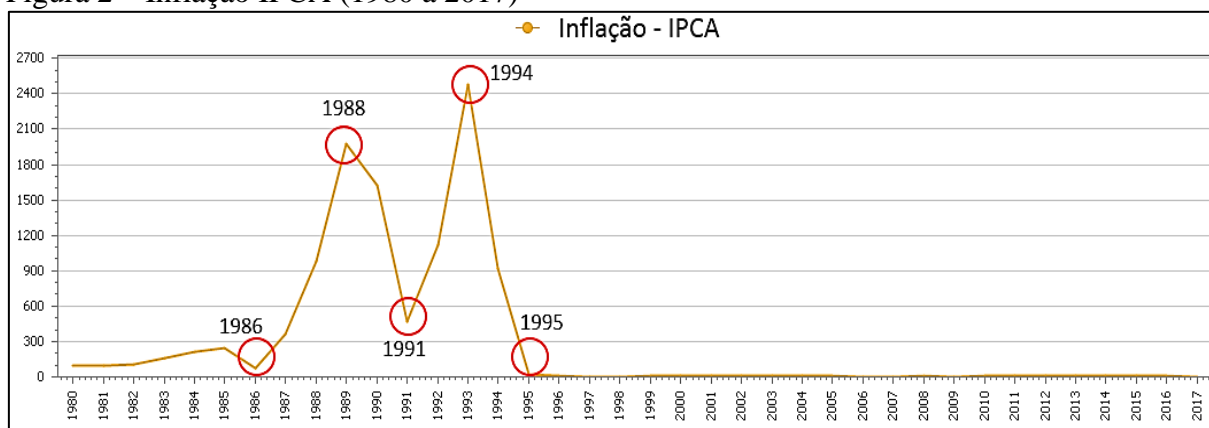
Como essa sequência de medidas, as taxas reais de juros foram reduzidas. Isso posto, o Banco Central do Brasil (BACEN) passou a emitir seu próprio título, a Letra do BC (LBC), que era remunerado pela Selic (taxa básica de juros) e foi bem aceito. Devido ao sucesso das LBC, o Tesouro Nacional criou as Letras Financeiras do Tesouro, que também remunerava conforme a Selic (FONTENELE, 2013).

Em 1987, o governo José Sarney renegociou a dívida e conseguiu uma redução de 30% do seu valor total. No início da década seguinte, 1990 com o governo Collor, a dívida correspondia a 15% do PIB nacional, no entanto a inflação estava em mil por cento ao ano. Era necessário tomar medidas drásticas para conter a inflação. A medida tomada foi o Plano Collor, que congelou 80% dos ativos financeiros do país e, apesar das grandes consequências, reduziu a dívida em cerca de 80% de seu valor total. A inflação, todavia, continuava cada vez maior. (FONTENELE, 2013; PEDRAS,2009).

⁵ O país importava grande parte do petróleo utilizado.

Em 1994, no governo Fernando Henrique Cardoso outro plano foi criado, o Plano Real. Este tinha como um de seus principais objetivos o equilíbrio entre o orçamento do país e a inflação. Outro grande objetivo do plano foi a reforma monetária, com a criação do Real (R\$). Como pode-se observar na figura 2, este plano teve sucesso em retomar a inflação para o mesmo nível dos anos anteriores à década de 1980.

Figura 2 – Inflação IPCA (1980 a 2017)



Fonte: Adaptado de Ipeadata, 2019.

Quanto ao cenário mundial, a partir da década de 1990, a economia global passou por mudanças expressivas, tanto em termos de produção quanto financeiramente. Nesse momento, o capitalismo desenvolvia-se por meio da financeirização e competição que foram intensificadas, impulsionando um forte processo de concentração de riquezas. Movimentações financeiras passaram a atravessar rapidamente o planeta, sem fronteiras geográficas ou regras, desencadeando em crises periódicas, como foi a de 2008, na qual, ao menos no Brasil, seus efeitos ainda não cessaram (CARLEIAL, 2015).

Diferentemente de Carleial, Curado e Nascimento (2015) afirmam que os efeitos da crise de 2008 foram contornados. O problema é que tanto as contas externas pioraram quanto a balança comercial apresentou redução do superávit primário. A queda do saldo das transações se explica principalmente pela desaceleração mundial decorrente da crise, fazendo com que a demanda por produtos brasileiros e outros reduzisse. No mesmo

sentido, a redução do superávit primário decorreu da redução da atividade, ampliação de gastos e renúncia de impostos da política anticíclica.

As políticas anticíclicas foram adotadas pelo governo Lula, no período da crise internacional de 2008. Devido à queda da produção industrial e do PIB no último trimestre de 2008, ocorreu uma grande expansão fiscal. Adiante, a taxa de juros da economia brasileira foi reduzida significativamente, foi quando os bancos públicos passaram a aumentar suas linhas de crédito, com o intuito de solucionar os problemas gerados nos mercados financeiros internacionais. Portanto, a combinação da expansão fiscal, expansão monetária e do crédito permitiram a rápida recuperação da economia naquele momento (BRESSER-PEREIRA, 2013; OREIRO, 2015).

Após essas políticas, o sistema do tripé foi substituído por um discurso chamado de ‘novo-desenvolvimentista’. Esse novo sistema buscava atingir uma renda per capita próxima de país desenvolvido. A intenção era adotar um regime de crescimento por promoção da exportação de produtos manufaturados, a fim de acelerar o ritmo de acumulação de capital (OREIRO, 2015).

A partir de 2012, verificou-se uma desaceleração econômica que veio a se transformar em recessão em 2014. Há autores como Curado e Nascimento (2015), Barbosa Filho (2017) que defendem que esta foi efeito de políticas e decisões erradas. Enquanto outros, como Perondi (2017), afirmam que esse foi o momento que o Brasil sentiu de fato a crise de 2008, uma vez que seus efeitos foram “brandos” em 2009, quando chegou ao país.

1.2 Do crescimento a crise (final dos anos 90 a 2011)

Desde o segundo mandato do governo FHC, o “tripé econômico” foi o regime de política macroeconômica prevalecente no Brasil. Esse regime consiste em (i) metas de inflação, (ii) políticas cambiais seguindo um padrão de flutuação relativamente livre e (iii)

a política fiscal pautada pela geração de expressivos superávits primários como proporção do PIB. Ou seja, o crescimento econômico era muito mais determinado pela oferta da economia. Esse formato de política perdurou até 2006, final do primeiro mandato do governo Lula. Após essa data, o sistema passou por flexibilizações (OREIRO, 2015).

Conforme Perondi (2017), o crescimento econômico brasileiro foi favorecido pela economia mundial na década de 2000. Foram anos de liquidez de capital e *commodities* valorizadas, como petróleo, matérias primas e alimentos. Isso fez com que o país aumentasse a produção desses bens e aprimorasse a produção de produtos primários, reduzindo a participação de produtos com maior valor agregado nas exportações. Os produtos manufaturados por exemplo, que em 2005 correspondiam a 55% das exportações brasileiras, em 2011 passaram a 36% de participação.

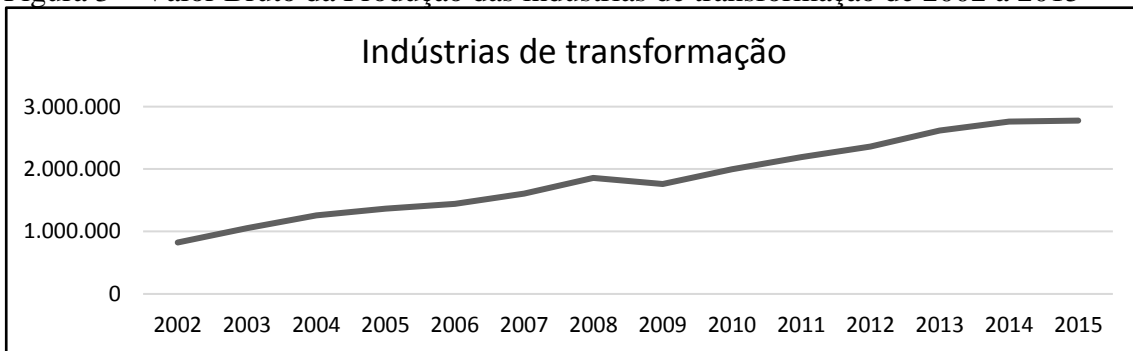
Com a flexibilização do tripé macroeconômico, o crescimento passou a ser determinado pela demanda agregada. Uma das mais relevantes políticas voltadas para a demanda agregada foi a valorização do salário mínimo, que permitiu uma melhoria na distribuição da renda, estimulando assim, o crescimento do consumo da classe trabalhadora. A expansão da demanda agregada doméstica acompanhou uma grande valorização da taxa real de câmbio, aumentando juntos o déficit da conta corrente nacional a partir de 2007. Devido às altas taxas de juros e câmbio valorizado, as indústrias enfrentaram grandes dificuldades para exportar sua produção, o setor perdeu competitividade e gerou uma “segunda onda de desindustrialização” (BRESSER-PEREIRA, 2013; OREIRO, 2015).

O efeito foi temporariamente neutralizado pelo consumo interno que vinha sendo incentivado. Todavia, logo na sequência, em 2008 ocorreu uma nova crise mundial. Com ela, os problemas da produção se agravaram e trouxeram consigo a necessidade de alterações nas políticas aplicadas.

"A evolução das despesas primárias no período posterior a crise de 2008 reflete uma escolha a respeito do regime de crescimento desejado para a economia brasileira. Com efeito, os dados da economia brasileira parecem apontar para um crescimento puxado pelo aumento dos gastos do governo no período 2008-2010" (OREIRO, 2015, p. 14).

A figura 3, a seguir, ilustra os momentos da onda de desindustrialização seguida pelo impacto da crise mundial, o que levou a um lapso do crescimento da taxa de investimento da economia brasileira.

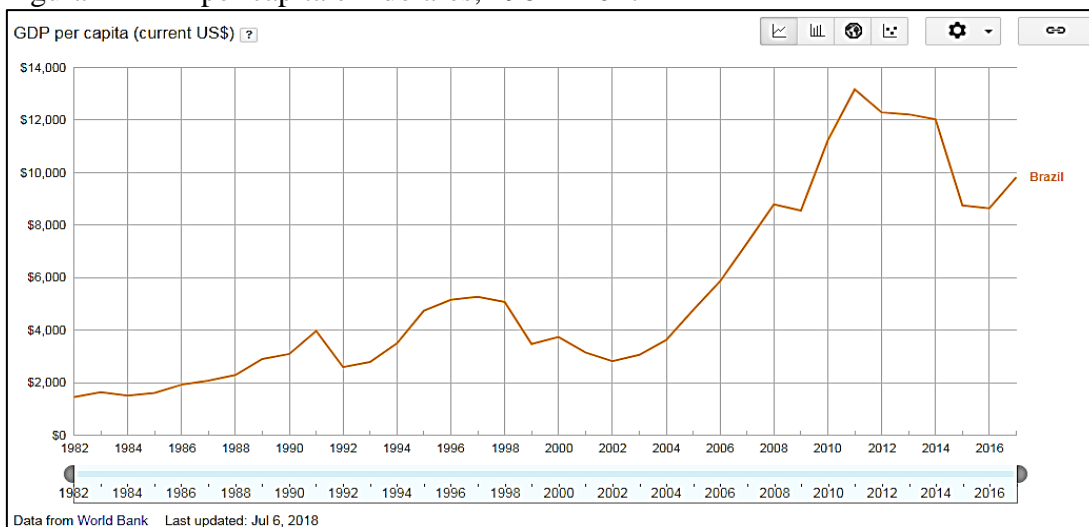
Figura 3 – Valor Bruto da Produção das indústrias de transformação de 2002 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Seade, 2018

Nota-se ainda na figura 3, que a partir de 2010 a produção industrial volta a se expandir, passando por oscilações menores, mas crescendo a taxas crescentes até o ano 2012. De 2013 a 2014, o nível da produção passou a aumentar em escala menor, para então praticamente estagnar de 2014 para 2015. Para ilustrar o período sob uma perspectiva mais abrangente, observa-se na figura 4 o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Brasil.

Figura 4 – PIB per capita em dólares, 1982 - 2017



Fonte: Banco mundial, 2018

Para Perondi (2017), o período de recessão de 2008 a 2009 interrompeu o ciclo de crescimento do país e foi combatido com as políticas contra cíclicas, revertendo a queda do PIB de 0,3% em 2009 para um aumento de 7,5% em 2010. Curado e Nascimento (2015), na mesma linha de raciocínio, afirmam que Lula passou o governo para Dilma em um momento que o Brasil se encontrava relativamente favorável ao crescimento, em termos dos principais indicadores macroeconômicos. Levando em consideração apenas o PIB per capita (figura 4), observando o crescimento após 2010, pode-se concluir de certo modo que a crise de 2008 foi rapidamente contornada.

No entanto, havia outros indicadores que teriam piorado com o tempo, como as dívidas externas, a contração do superávit primário, assim como o PIB per capita, após 2010 passou a diminuir, o que pode ser observado na figura 4. Conforme Curado e Nascimento (2015), um grande erro que influenciou na crise seguinte foi continuar com as políticas anticíclicas:

O erro central cometido pelos gestores da política econômica durante o governo Dilma foi, portanto, acreditar que as políticas de caráter anticíclico – utilizadas de forma correta no contexto da crise financeira global de 2008 – sustentariam o ritmo de crescimento da economia brasileira ao longo do tempo [...]. O governo Dilma ampliou o caráter expansionista da política fiscal. Em um cenário de redução do crescimento econômico, a receita total do governo central (em relação ao PIB) foi mantida praticamente inalterada. Não obstante, as despesas do governo central foram ampliadas de 17,5% do PIB em 2011 para 18,9% em 2013. O efeito desta política foi reduzir o superávit primário de 2,3% para 1,9% do PIB entre estes anos, o pior resultado registrado na série entre 2003 e 2013, com exceção do resultado de 2009, ano em que a crise financeira e as políticas fiscais empreendidas levaram a um superávit primário de 1,2% do PIB (CURADO; NASCIMENTO, 2015, p. 37).

Neste cenário, ainda houve redução de preço das *commodities* e a desaceleração das exportações de vários países, principalmente da China, que também passaram por um momento de recessão após 2010. Como a economia brasileira assume um formato muito dependente das exportações, estes fenômenos fomentaram perda de dinamismo da economia, embalando-a em uma trajetória declinante em 2011, já no início do governo Dilma (PERONDI, 2017; SILVEIRA FILHO, 2018; SINGER, 2015).

Como o momento econômico que o país se encontrava não era mais de crescimento, o governo pecou em tentar manter políticas que funcionaram nos períodos anteriores (que era de crescimento econômico) agravando os problemas macroeconômicos existentes. Conforme Oreiro (2015), ocorreu-se uma combinação perigosa de política monetária expansionista (até 2010) e política fiscal expansionista num momento que a taxa de crescimento da formação bruta de capital fixo estava declinante. Isso auxiliou a taxa de inflação acelerar, passando de 4,15% a.a em 2009 para 6,73% em 2011. Após este fenômeno, o Banco Central (Bacen) passou a controlar a taxa de inflação não como política monetária, mas como medida macroprudencial.

Graças aos choques principalmente da oferta e demanda do mercado, notou-se a necessidade de mudança drástica na política econômica. À vista disso, a equipe econômica do governo Dilma implementou a Nova Matriz Econômica (NME).

1.3 Nova Matriz Econômica

Há unanimidade na literatura de que era necessário mudar a política utilizada para o país voltar a crescer, vide Barbosa Filho (2017), Oreiro (2015), Bresser-Pereira (2013), Singer (2015), Perondi (2017), Bastos (2017) e outros. Para Bresser-Pereira (2013, p. 6), “o governo Dilma só seria bem-sucedido se rompesse a armadilha de juros altos e câmbio sobre apreciado”. No entanto, as medidas adotadas foram muito criticadas devido suas inconsistências.

A NME foi implantada a partir de 2012 e sua intenção era retomar as medidas anticíclicas. O maior foco da nova matriz foi a redução das taxas de juros, o Bacen reduziu a taxa Selic de 12,5% em 2011, para 7,25% em 2013. Além desta medida, outras ações se destacaram, como: (i) o uso intensivo do BNDES para investimento das empresas; (ii) a política industrial Plano Brasil Maior, que consistiam em reduzir o IPI sobre investimentos

em bens para ampliação dos microempreendedores (MEI); (iii) a desoneração da folha de pagamentos para setores de mão de obra intensiva; (iv) o Programa de Investimento em Logística, visando a melhoria de rodovias e ferrovias; (v) reforma do setor elétrico na intenção de baratear o preço da eletricidade, o que gerou dificuldades às empresas de energia por não poderem passar os reajustes ao consumidor; (vi) a desvalorização do real, proposta por Mantega como o segundo objetivo principal da nova matriz; (vii) o controle da entrada de dólares para não valorizar o real, de modo a proteger a competitividade dos produtos brasileiros; (viii) a proteção ao produto nacional, elevando-se o IPI sobre veículos importados e outros produtos, e regras beneficiando o setor de máquinas e equipamentos, veículos e medicamentos (SINGER, 2015; BARBOSA FILHO, 2017).

Ou seja, a nova matriz visava proteger os lucros das indústrias, ameaçados com a crise recente de 2008. Mas então o que deu errado? Barbosa Filho (2017) enfatiza a medida (i) da Nova Matriz Econômica. A expansão do uso do BNDES, foi utilizado como estímulo do governo para impulsionar setores ‘estratégicos’, como a indústria automotiva, naval e a Petrobras por exemplo. No caso da Petrobras, o plano de investimento aspirava a exploração do pré-sal e produção. Este investimento foi o destino de 10% de todo o investimento do país no período. Ainda que se obteve resultados positivos, o retorno ainda foi abaixo do esperado. Investiu-se de modo exagerado e este não foi complementado pelo crescimento econômico, mas sim por uma queda na produtividade total dos fatores (PTF), diminuindo a propensão ao crescimento da economia no período.

Independentemente dos pontos positivos desta iniciativa (NME), no momento o Brasil estava cada vez mais submetido à produção primária. Descarta-se a esperança de resultados capazes de mudar o caráter da economia por meio de políticas econômicas sem processo de ruptura dos interesses predominantes (PERONDI, 2017).

Conforme Barbosa Filho (2017), a partir de 2013 houve o esgotamento da NME, sendo este um dos fatores mais relevantes no desencadeamento da crise. Perondi (2017) complementa que o que contribuiu para a quebra desta política foi o declínio dos indicadores econômicos, de modo a deteriorar as bases do governo também entre as parcelas mais ricas, que haviam sido beneficiadas, já que o único compromisso desses setores é com seus lucros.

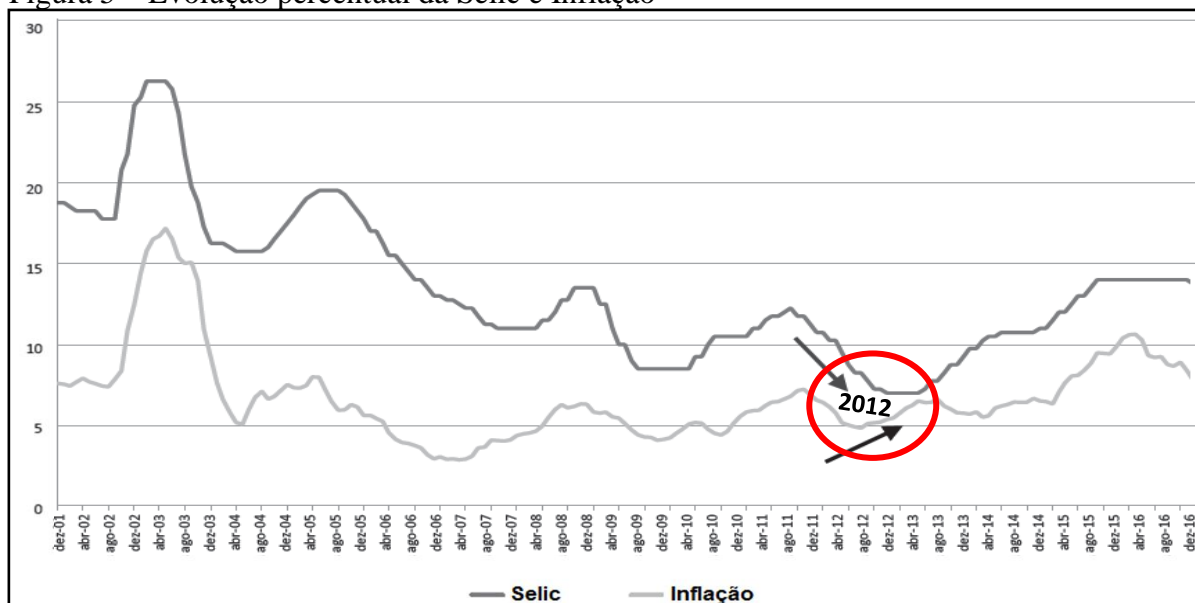
O ano de 2013 foi bastante turbulento, houve manifestações de instituições como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e várias greves da população em todo o país. Estas greves populares teriam se originado por uma série de descontentamentos, mas ganharam maior força após aumento das tarifas do transporte em denúncia às prioridades do Estado – uma vez que estavam destinando grandes quantias em construção de estádios para a copa do mundo, enquanto cortavam orçamento da saúde e educação (PERONDI, 2017).

O próximo capítulo faz um acompanhamento de efeitos gerados pela crise, como desequilíbrios no PIB e no mercado de trabalho, seguindo a discussão até a economia apresentar sinais do final da crise.

2 DESENCADEAMENTO E PRINCIPAIS EFEITOS DA CRISE DE 2014

Apesar da crise ter se desencadeado em 2014, a economia brasileira vinha apresentando indícios de recessão desde 2012. Os primeiros fortes indícios podem ser observados nas imagens 5 e 6 a seguir. A figura 5 apresenta o momento de uma das políticas da NME, que foi a redução da taxa de juros (Selic) em um momento que a inflação era crescente. Isso fez com que a inflação permanecesse em nível elevado.

Figura 5 – Evolução percentual da Selic e Inflação



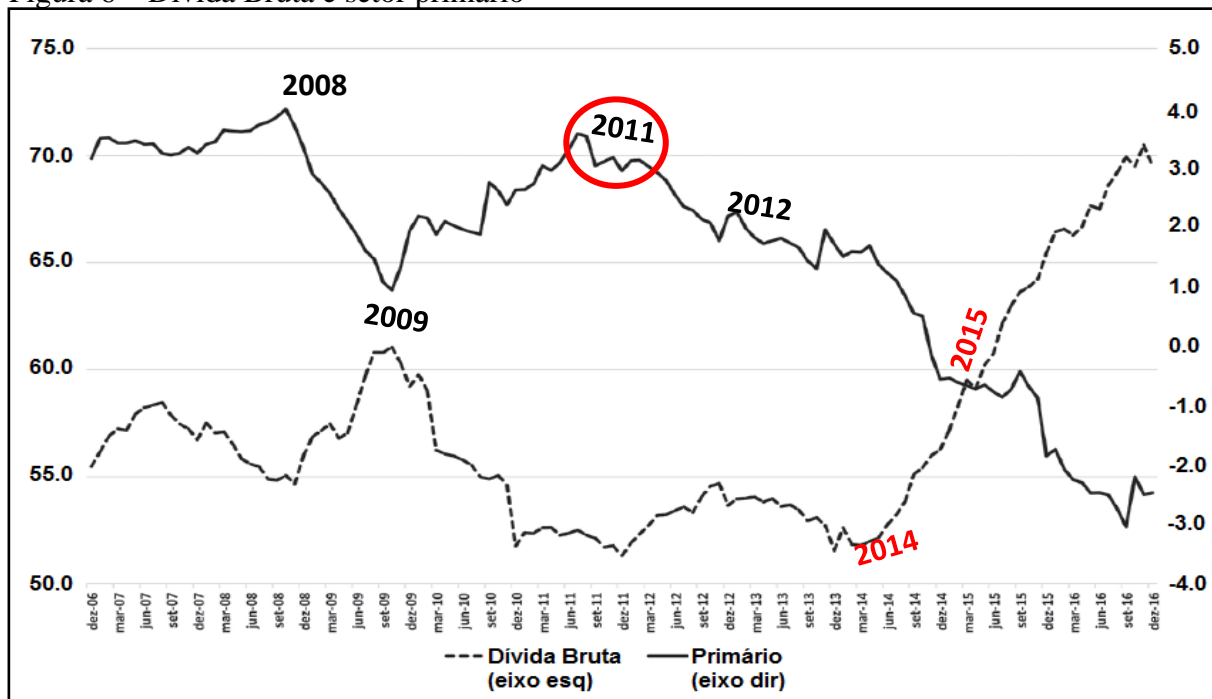
Fonte: Adaptado de Barbosa Filho, 2017

No mesmo período, como destacado nas figuras, as ações do governo e os estímulos fiscais tiveram grande impacto no setor primário e nas dívidas públicas, como pode-se observar na figura 6. A transição de 2011 para 2012 foi o início das políticas da NME, que coincidiram com o início do déficit primário.

Para Barbosa Filho (2015, p. 55), este fenômeno, somado à trajetória da dívida pública, que viria a crescer descontroladamente a partir de 2014, gerou um grande aumento no risco da economia brasileira, elevando assim, “a taxa de juros real de equilíbrio doméstico”.

Nota-se ainda na figura 6, que o setor primário apresentava um superávit médio de 2% do PIB e passou a reduzi-lo a partir de 2012, chegando a um déficit de 3% no final de 2016. Já a dívida pública (linha tracejada) teve uma grande aceleração em 2014, quando a NME se tornou insustentável.

Figura 6 – Dívida Bruta e setor primário



Fonte: Adaptado de Barbosa Filho, 2017

O comportamento do PIB, logo dos componentes da demanda e os setores de atividade econômicas (emprego) refletem os efeitos desse conjunto de medidas, como pode-se observar a seguir na tabela 1 e na figura 7.

Tabela 1 – Componentes da demanda no PIB (2010-2017)

	Consumo das Famílias	Consumo do Governo	Formação Bruta de Capital Fixo	Exportação	Importação	(=) PIB preços de Mercado (M)	Taxa de Crescimento do PIB (%)
2010	60,2	19,0	21,8	10,7	-11,8	3 885 847	-
2011	60,3	18,7	21,8	11,5	-12,2	4 376 382	12,62
2012	61,4	18,5	21,4	11,7	-13,1	4 814 760	10,02
2013	61,7	18,9	21,7	11,6	-13,9	5 331 619	10,73
2014	63,0	19,2	20,5	11,0	-13,7	5 778 953	8,39
2015	64,0	19,8	17,4	12,9	-14,1	5 995 787	3,75
2016	64,0	20,2	15,4	12,5	-12,1	6 259 228	4,39
2017	63,4	20,0	15,5	12,6	-11,6	6 559 940	4,80

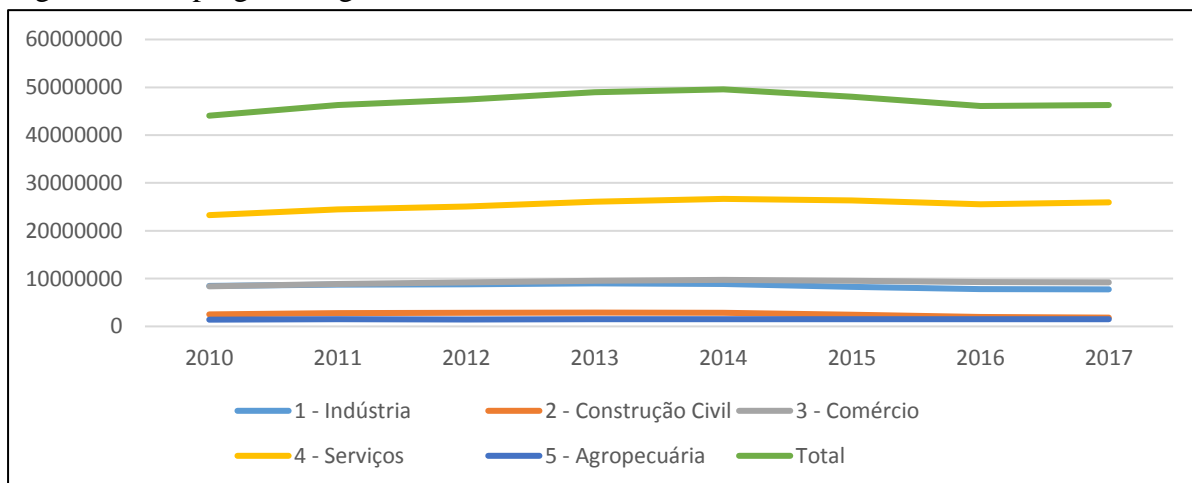
Fonte: IBGE, 2018

Observa-se na tabela 1 que o PIB a preços de mercado tem crescido a taxas cada vez menores nos últimos anos, começando em 2012, mostrando instabilidade no ano seguinte. De 2014 em diante, as taxas de crescimento são bastante baixas em comparação com as taxas anteriores.

Quanto ao número de empregos do período, pode-se observar na figura 6 que o setor de serviços é o que emprega a maior parte da população brasileira, seguido na sequência pelo setor de comércio, indústria, construção civil e agropecuária.

No gráfico da figura 7, a linha mais alta (total dos empregos) teve uma leve redução da inclinação da curva a partir de 2012. Isso significa que o número de empregos continuou crescendo, mas a taxas menores que o período anterior. Todavia, foi no auge dos efeitos econômicos que os empregos sentiram maior pressão e passaram a cair drasticamente. Como os dados retratam o emprego formal⁶, pode-se concluir que de 2014 a 2016 cerca de 7% da população empregada formalmente perdeu seu emprego.

Figura 7 – Empregos nos grandes setores de atividade econômica



Fonte: Elaborado pelo autor com base em RAIS

O setor da construção civil foi o que sofreu a maior perda percentual de número de empregos no período da crise. Em 2014, passou por uma redução de 2,66% dos empregos, em 2015 por uma redução de 13,96% e em 2016 a maior redução, de 18,05%. Na

⁶ Os dados da RAIS são obtidos com base nos empregos formais.

sequência, os setores que tiveram as maiores reduções percentuais de emprego foram indústria, comércio, serviços e agropecuária.

Outro fator que contribui para o desempenho da indústria, que foi o segundo setor mais afetado, é que o país tem passado por diversas dificuldades para estimular investimentos importantes para o crescimento da indústria, juntamente com os elevados custos de produzir sem uma infraestrutura colaborativa. Todos estes fatores acabam por influenciar o desempenho do setor (FERREIRA E SCHNEIDER, 2015).

Em complemento a este fenômeno, conforme dados da RAIS (2019), o período de 2013 e 2014 teve altas taxas de abertura de estabelecimentos. O setor da construção civil foi aquele com o maior percentual de aumento do número de estabelecimentos no país (6,5% e 6%, respectivamente), seguido pelo setor de serviços, indústria, comércio e agropecuária. Enquanto houve redução do número de estabelecimento nos anos 2015, 2016 e 2017.

Neste último ano, é possível observar (figura 6) que a maioria dos setores apresenta um maior número de pessoas empregadas formalmente. Quanto ao número de estabelecimentos, as taxas ainda são negativas, ou seja, muitos estabelecimentos ainda estavam se fechando, porém já em menor intensidade que em 2015 e 2016.

O setor de serviços foi o único que durante todo o período da análise não apresentou taxas negativas (decréscimo), tanto em número de empregos quanto em número de estabelecimentos. O que não significa, necessariamente, que pessoas deste setor não perderam seu trabalho formal, mas sim que novos empregos foram gerados neste setor inclusive durante a crise e maior queda destes números.

2.1 Saindo da Crise

Uma das principais decisões tomadas para solucionar a crise foi a consolidação gradual da dívida, assim como adotou-se um teto para gastos e propôs-se uma reforma da previdência, um dos maiores responsáveis pela dívida do país.

Como as medidas são de longo prazo, certamente a crise não há de se dissolver rapidamente. O que dificulta, em partes, a situação fiscal do país ao menos na próxima década, considerando que o teto de gastos foi adotado para os próximos vinte anos. A partir do décimo ano (2027), o critério da PEC do teto de gastos poderá ser revisto uma vez a cada mandato presidencial, havendo impedimento de regalias àqueles que desrespeitarem o teto estipulado (SENADO FEDERAL, 2018).

Quando a PEC foi aprovada em 2017, houve diversas manifestações em todo o país, pois havia receio na população de que as situações que já vinham agravadas pelas crises seguidas, piorassem com a redução de verba em áreas chaves como saúde, educação e segurança pública (BARBOSA FILHO, 2015).

Tais medidas auxiliaram a reduzir o risco do país, juntamente com a taxa de juros, além de proporcionar maior oportunidade ao Banco Central para reduzir sua taxa de juros. No entanto, segundo Barbosa Filho (2015), isso provocará uma leve recuperação na economia, mas não será mais do que um “voo de galinha” se o país não elevar as taxas do produto potencial.

Logo, tais medidas são como primeiros socorros. Ainda é preciso que o país volte a crescer vigorosamente, a taxas maiores. Para que ocorram mais iniciativas privadas e investimentos em infraestrutura, assim como políticas para incentivar o investimento, uma solução cabível é o incentivo à poupança doméstica.

3 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar aspectos da crise econômica brasileira de 2014 e seus maiores impactos no país. O que desencadeou a crise foi um conjunto de fatores, entre eles os choques de oferta e demanda ocasionados por erros de política econômica, principalmente no período da Nova Matriz Econômica (NME). O conjunto de políticas da NME fez com que a economia diminuísse a produtividade da economia nacional, assim como seu produto potencial.

Não demorou para que o sistema da NME se esgotasse, gerando uma onda de descontentamentos políticos, econômicos e sociais, inclusive com muitas manifestações da população no período.

Outros pontos que contribuíram para que o país entrasse em uma grande recessão foram a dívida pública e a inflação. Há décadas que estes dois pontos vitais da economia são delicados para o país. Para tratar destes tópicos é necessário entender a fonte de todo o montante da dívida e o porquê ela cresceu tanto a ponto de ser um dos maiores fatores para a crise. Portanto, aborda-se no texto uma breve contextualização histórica das últimas décadas de dívida pública.

Ditos os principais fenômenos que influenciaram a crise, a penúltima seção do artigo aborda os efeitos que a crise gerou no país. A inflação se manteve em nível elevado devido às políticas monetárias contracionistas elaboradas justamente para controlá-la, sendo necessária a intervenção do Banco Central para estabelecer este controle, não como uma ação de medida monetária, e sim como uma medida de prudência.

Além da dívida pública continuar crescendo fora de controle, a capacidade produtiva sofreu uma forte redução no período da crise, inclusive o setor primário sentiu este impacto. Este efeito gerou outra consequência que foi a redução do número de

empregos e de estabelecimentos em todos os setores de atividade econômica. O setor de construção civil foi o que sofreu maior perda percentual do número de empregos neste período, seguido dos setores indústria, comércio, serviços e agropecuária.

No ano de 2017, é possível observar melhoras no PIB e nas taxas de emprego. Uma das principais decisões tomadas para solucionar a crise foi a consolidação gradual da dívida, assim como adotou-se um teto para gastos e propôs-se uma reforma da previdência, um dos maiores responsáveis pela dívida do país. Mas para dizer que o país saiu de fato da recessão, é necessário que ele volte a crescer vigorosamente, a taxas crescentes.

REFERÊNCIAS

BAER, W. **A Economia Brasileira**. 3. Ed. Nobel, p. 541, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Data**. 2018. Disponível em:<<http://www.worldbank.org/>>. Acesso em 22 de set. de 2018.

BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**. vol. 31, n. 89, p. 51-60, São Paulo, jan./abr, 2017.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Economia Contemporânea**. Número especial sobre Desenvolvimento no Século XXI, p. 1-163. 2017

BRESSER-PEREIRA, L. C. O governo Dilma frente ao “tripé macroeconômico” e a direita liberal e dependente. **Novos Estudos**. Vol.32, n. 1, pág. 6-14, mar. 2013.

CARLEIAL, L. A. F. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos Avançados**. Vol. 29, n. 85, pág. 201-214, 2015.

CURADO, M.; NASCIMENTO, G. M. O Governo Dilma: da euforia ao desencanto. **Revista Paranaense De Desenvolvimento**, Curitiba, vol. 36, n.128, pág. 33-48, jan./jun. 2015.

FERREIRA, J. D.; SCHNEIDER. M. B. As cadeias globais de valor e a inserção da indústria brasileira. **Tecnologia e Sociedade**. Curitiba, vol. 11, n. 23, 2015.

FONTENELE, J. W. O. **Romantismo e Realidade Bancária Brasileira: Banqueiros, Dívida Pública e Política**. Livro-reportagem (TCC), p. 158. Curso de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores IBGE**. Contas Nacionais Trimestrais - Indicadores de Volume e Valores Correntes. 2018. Disponível em:<ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2017/pib-vol-val_201704caderno.pdf>. Acesso em: 09 de jan. de 2019.

_____. **Indicadores IBGE**. Contas Nacionais Trimestrais - Indicadores de Volume e Valores Correntes. 2018. Disponível em:<ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201802caderno.pdf>. Acesso em: 08 de jan. de 2019.

IPEADATA. **Banco de Dados**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 05 de fev. de 2019.

OREIRO, J. L. **Do Tripé Macroeconômico ao Fracasso da Nova Matriz: A Evolução do Regime de Política Macroeconômica no Brasil (1999-2014)**.

PEDRAS, G. B. V. **História da dívida pública no Brasil: de 1964 até os dias atuais**. In: SILVA; CARVALHO; MEDEIROS (orgs.) *Dívida Pública: a experiência brasileira*. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009.

PERONDI, E. Crise econômica e instabilidade política: cenários da ofensiva do capital contra o trabalho no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 21, núm. 2, pp. 603-621. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

PINTO, E. C.; GONÇALVES, R. **Modelos de desenvolvimento e desempenho macroeconômico: Brasil**. Texto para discussão 017. Instituto de economia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

PRETTO NETO, D. **Um Histórico das recentes políticas econômicas de combate à inflação no Brasil**. Dissertação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. **Banco de Dados**. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/rais>>. Acesso em 09 de jan. de 2019.

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo. **Produtos - PIB anual**. Disponível em:<<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em 16 de dez. de 2018.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL – **Dívida Pública Federal**. Relatório anual 2017. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2018.

SENADO FEDERAL - **Promulgada Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>>. Acesso em 9 de jan. de 2019.

SILVEIRA FILHO, A. A. Crise econômica, luta de classes e Serviço Social no Brasil. **Katálysis**. Vol. 21. n.1, Florianópolis jan./abr. 2018.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 102, p. 39-67, jul. 2015.